

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Sargento Damosiel
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

SUMÁRIO	Despacho ao Processo nº 00053/ALE/2012	2
	Resoluções de Afastamentos nº 318 e 319/2012	2
Atos Legislativos		
	Ata da 2119ª Sessão Ordinária na Íntegra	2

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

NIURA CARDOSO DE SOUZA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATERIAS E PUBLICAÇÕES
 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
DAPRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS
DESPACHO

PROCESSO Nº 00053/ALE/2012

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço a Dispensa de Licitação, referente à despesa com aluguel de imóvel onde funcionará provisoriamente a ESCOLEGIS/SEDE e instalação de 01 (uma) unidade da ESCOLEGIS localizada à Rua Solon Rodrigues Pessoa, 615 – Pintolândia – Município de Boa Vista, no valor global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) conforme consta no processo em epígrafe, com fundamento no disposto do Art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores. Sendo assim, em atendimento o que dispõe o Art. 26 do referido diploma legal, submeto o assunto a elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.
 Boa Vista-RR, 24 de julho de 2012.

Aias Viana Bento

Superintendente Administrativo

Ratifico o despacho retro, nos termos do Art. 26, referente à despesa com aluguel de imóvel onde funcionará provisoriamente a ESCOLEGIS/SEDE e instalação de 01 (uma) unidade da ESCOLEGIS localizada à Rua Solon Rodrigues Pessoa, 615 – Pintolândia – Município de Boa Vista, de que trata o presente Processo.

Determino que se publique no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, de conformidade, com a exigência contida no mesmo Art. 26 da lei supramencionada, no prazo de 05 (cinco) dias, o presente despacho.
 Boa Vista-RR, 24 de julho de 2012.

Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 318/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **LUIZ CARLOS**

BITTENCOURT DA SILVA, Assessor Especial III da Mesa Diretora para viajar com destino aos Municípios de Normandia, Uiramutã, Pacaraima e Amajari no período de 24.07 a 02.08.2012, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 18 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 319/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **MARIA DE JESUS VELOSO DOS SANTOS, Aux Esp I MD e GILMAR ARAÚJO DE SOUZA, Assistente Especial**, para viajarem com destino ao município de Rorainópolis, no período de 25.07 a 03.08.2012, com a finalidade de acompanhar a equipe técnica as ESCOLEGIS daqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2119ª SESSÃO, EM 16 DE MAIO DE 2012.

43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA
(Em exercício)

Às nove horas do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima nona Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Atendendo ao Ofício nº 095/12, de 17/04/12, do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima, solicitando a realização de Sessão comemorativa à Semana da Enfermagem, com o objetivo de conagração dos profissionais e ainda promover discussões de problemas, cuja solução possa resultar em melhor prestação de serviços à sociedade, convido o Senhor Deputado Joaquim Ruiz para assumir a Mesa dos Trabalhos.

O Senhor Presidente em exercício, Deputado Joaquim Ruiz - Convido para compor a Mesa dos trabalhos o Senhor Enfermeiro Gilvan Brolini – Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima – COREN; o enfermeiro Bruno Joseph, a Senhora Enfermeira Sandra Maria Ribeiro Huzer – Presidente da Comissão Organizadora da Semana de Enfermagem; o Senhor Enfermeiro Bernardo Alem – Secretário, e os apoiadores do evento.

Senhoras e Senhores Deputados, nesta data que se comemora o dia do enfermeiro, há uma vasta programação sobre o importante trabalho que os profissionais da enfermagem realizam na sociedade, porque mais do que o médico, eles estão ali, acompanhando os pacientes, praticamente 24 horas. E, é um momento importante, ímpar aqui na nossa Casa, a Secretaria de Saúde do Estado elaborar um novo plano de cargos e salários que vai definir a remuneração, as gratificações, os plantões, enfim, todo um arcabouço sobre o trabalho de cada profissional que cuida da saúde pública do Estado. Nós estivemos, na semana passada, com o Secretário de Saúde e colocamos a nossa preocupação de que apenas 06 técnicos, 02 da SEGAD e 03 da Secretaria de Saúde, cuidam da elaboração desse plano e, a comissão recebeu a

informação de que eles estão elaborando o esboço para depois mostrarem para todos os segmentos que compõem a saúde pública do nosso Estado. E, o Secretário se comprometeu também de que vai convidar um membro da comissão de saúde da Assembleia para participar a partir do momento em que abrirem as negociações com as entidades representativas de classe da saúde, Deputado Sampaio.

Ainda vão ser discutidos os prazos que foram acordados nesta Casa com a comissão de saúde, todos já vencidos, pois se trata de um plano que envolve muitos interesses. Nós assumimos um compromisso com o secretário de que aceitaríamos um pedido de prorrogação, porque acima de tudo está os interesses da classe. Então, que venha esse plano e seja aprovado, pois ele só valerá para o próximo exercício e há tempo para que a gente possa tirar o máximo de proveito, elaborando um plano onde todos ganhem. Eu sei que nem tudo o que queremos é possível, mas é possível nos aproximarmos daquilo que almejamos.

Nesse momento, dou por aberta a sessão comemorativa ao dia do Enfermeiro. Com a palavra o Doutor Gilvan Brolini.

O Senhor Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima – COREN - Doutor Gilvan Brolini – Bom-dia Senhoras e Senhores, quero aqui, em nome do Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, cumprimentar a todos os presentes e, também, os Deputados Joaquim Ruiz, Ionilson Sampaio, Célio Wanderley, Gabriel Picanço, em nome dos quais, cumprimento os demais Deputados.

Quero ainda cumprimentar os profissionais de enfermagem que se encontram aqui hoje, auxiliares, técnicos e enfermeiros. E, faço um pequeno esclarecimento, Deputado Joaquim Ruiz. Na verdade nessa semana, nós comemoramos o dia do Enfermeiro, mas também, comemoramos no dia 20 o dia dos auxiliares e técnicos da enfermagem que são também importantíssimos na composição da equipe da enfermagem.

Nós estamos aqui, neste momento, para mostrar quem somos, o que fazemos e onde atuamos. Somos, Senhores Deputados, 1.700.000 mil pessoas hoje no Brasil. Somos mais de 60% da mão de obra da saúde. Executamos cerca de 78% de todos os procedimentos executados no âmbito da saúde. Estamos presentes em todos ciclos de vida das pessoas. Estamos presentes 24 horas por dia ao lado dos nossos pacientes, daqueles que necessitam de apoio da saúde. Então, gostaria agora, de apresentar um pequeno vídeo que mostra a enfermagem em todos os locais de atuação para que os senhores possam perceber a importância dessa profissão e o quanto ela precisa ser valorizada.

(Apresentação de vídeo)

Senhoras e senhores, vocês puderam verificar nesse vídeo a atuação dos profissionais de enfermagem em quase todos os locais que eles atuam.

A enfermagem, por definição, é uma ciência e uma arte. Nós complementamos dizendo que, na verdade, a enfermagem é uma ciência executada com arte. Nesse momento vamos mostrar três pequenos vídeos com depoimentos de pessoas que tiveram seus familiares atendidos ou foram atendidas por profissionais de enfermagem e que expõem como se deu esse atendimento, essa relação com esses profissionais de saúde que acompanham as pessoas enfermas 24 horas por dias.

(Apresentação de vídeo)

O Dia do enfermeiro foi instituído através de um decreto presidencial 48.212, de 1960. E, essa semana em que nós comemoramos no dia 12 de maio o dia do enfermeiro, comemoramos também, o dia do nascimento do ícone mundial da enfermagem, Florence Nightingale, e o dia 20 de maio, é dedicado aos técnicos e auxiliares de enfermagem, e data do falecimento do ícone nacional brasileiro de enfermagem Ana Nery. Estamos reunidos num evento que pretende, além de promover o congraçamento da classe, a reunião dos profissionais de enfermagem, discutir temas relevantes e que pretendem, em seu objetivo final, melhoras a assistência à saúde da população.

Nós, nesse momento em que comemoramos a semana da enfermagem viemos até aqui a esta Casa Legislativa para falar sobre a enfermagem e colocá-la a disposição das Senhoras e dos Senhores. A enfermagem é uma profissão regulamentada pela Lei 7498, de 86, e tem o seu valor, e essa classe exige respeito da sociedade e das demais categorias.

Nós, do Conselho Regional de Enfermagem de Roraima, o qual é uma Autarquia Federal criada por lei para fiscalizar e normatizar o exercício profissional, fundamentalmente protegemos a população, do mau profissional, daquele que exerce de forma não ética a sua atividade em desconformidade com os preceitos da enfermagem. Então, como autarquia federal, o conselho Regional de Enfermagem tem o papel de proteger a população, garantindo a essa, uma saúde decente à população.

Nós temos, senhoras e senhores, alguns projetos em âmbito nacional que são de grande interesse da enfermagem, um deles é o

projeto de Lei 2295, de 2000, também conhecido como projeto de lei das 30 horas para enfermagem. Esse projeto que tramita na câmara Federal desde o ano de 2000, voltou agora há dois anos, através de um grande trabalho feito pela confederação nacional dos enfermeiros e pelo conselho federal de enfermagem. Esse projeto voltou a pauta de discussão, tramitou em todas as comissões da câmara federal, já se encontra pronto para votação e com indicação da grande maioria de líderes de partido, aguardando apenas a inclusão na pauta para votação e sanção presidencial.

A aprovação desse projeto, inclusive, consta das propostas de campanha da Presidenta Dilma. Nós aguardamos sua inclusão na pauta assim que essa seja destrancada pelas medidas provisórias do governo. Já fizemos mais de um contato com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, e ele garantiu que assim que a pauta for destrancada, esse projeto vai ser colocado em votação, e com um grande apoio dos parlamentares de todos os Estados.

Nós temos outro projeto de leis de grande interesse da enfermagem e que valoriza essa categoria profissional que é o PL 4924, de 2009, que trata do piso salarial nacional para categoria de enfermagem.

Esse projeto tramita em caráter conclusivo nas comissões da câmara federal, no momento está na comissão de constituição e justiça. E, não havendo nenhuma objeção nesse projeto por essa comissão, ele vai para a sanção presidencial. É um projeto de grande importância, pois hoje, sem esse piso nacional, temos uma disparidade muito grande em relação ao que se paga nas várias esferas do governo e na iniciativa privada para os nossos profissionais de enfermagem.

Outro projeto de lei tramita hoje no Senado, do qual o relator é o Senador Cássio Cunha Lima, que já foi contatado também pela representatividade do Conselho Federal de Enfermagem para que não seja aprovado do jeito como está o projeto de lei 7703, de 2006, também conhecido como projeto de lei do ato médico. Nós, profissionais de enfermagem, dos conselhos de regulamentação da profissão, bem como, dos sindicatos, ou seja, toda representatividade de enfermagem, estamos fazendo uma mobilização junto com outros conselhos profissionais de profissões regulamentadas da área de saúde, para que o projeto de lei do ato médico não seja aprovado pelo menos da forma como está hoje, pois atrelaria todas as demais categorias profissionais da saúde ao profissional médico. Então, nós vemos esse projeto como um projeto perigoso, inclusive para a sociedade, porque retrocederíamos no tempo e faríamos a saúde novamente volta ao setor privado como um foco totalmente medicalocêntrico, o que encareceria e dificultaria inclusive o acesso da população ao serviço da saúde.

Então, Senhoras e Senhores Deputados, viemos aqui hoje para pedir os senhores que possam, juntos com os parlamentares dos seus partidos, das suas bancadas na câmara federal, solicitar o apoio a esses nossos projetos, o projeto das 30 horas para enfermagem, o projeto do piso salarial para enfermagem, pedindo voto contrário a aprovação do projeto de lei 7703, que trata do ato médico.

Tivemos aqui, no município de Boa Vista, duas conquistas recentes e importantes que vale apenas serem destacadas aqui. A aprovação, pelo conselho municipal de saúde, do protocolo de atenção à saúde do município de Boa Vista, o qual foi baseado no protocolo do Estado de Goiás e uma grande conquista, pois regulamenta uma coisa importantíssima que contribui muito para saúde pública da nossa população, a questão da prescrição pelo enfermeiro.

Outro projeto importante e que foi recentemente aprovado na câmara municipal de Boa Vista, foi o plano de cargos, carreiras e remunerações dos servidores da saúde do município de Boa Vista. Projeto que, inclusive, como o Deputado Joaquim falou, é de suma importância para nós por provocar o Governo a avançar na discussão do plano de cargos, carreira e remunerações dos profissionais da saúde deste Estado, pois já participamos de algumas negociações no passado, haja vista que esse projeto já se encontra em discussão desde 2004, quando do primeiro concurso público que foi feito para a saúde deste Estado, porém em nada tem avançado. E, quando nós vemos uma discussão como o Senhor mesmo citou, onde os profissionais de saúde a sua representatividade não são chamadas a discussão, ficamos preocupados. Nós queremos aqui deixar registrado que um projeto, um plano que não tenha a participação dos seus profissionais, das suas categorias representativas, com certeza não vai atender aos seus profissionais.

Aqui, mostramos quantos nós somos no Estado de Roraima, a nossa evolução, pois há 10 anos éramos em torno de 1200 profissionais, hoje já somos 4337 profissionais de saúde registrados no Conselho Regional de Enfermagem.

Então, Senhoras e Senhores, nós temos um grande contingente

de pessoas que dependem do seu apoio, da gestão dos senhores para que nós tenhamos melhores condições de trabalho e melhores salários.

Quero deixar uma mensagem aos profissionais de enfermagem: O branco da sua roupa transmite a paz, o calor do seu coração aquece a alma, a sua dedicação levanta o ânimo, o seu sorriso alegra o coração, o seu carinho faz muita diferença, o seu toque transmite energia, por isso, você é uma dádiva de Deus na vida daqueles que precisam de sua dedicação. Por isso, no seu dia, desejo-lhe muita paz, alegria e prosperidade e que o Senhor Deus ilumine sempre sua vida. E, neste momento, agradeço aos Senhores e Senhoras Deputadas pelo espaço cedido, muito importante para os profissionais da enfermagem. Queremos deixar o nosso agradecimento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Joaquim Ruiz) – Antes de encerrar, por determinação do Presidente da Casa, Deputado Chico Guerra, devo esclarecer aos Senhores Enfermeiros aqui presentes que, em relação ao Plano de Cargos e Salários, há uma determinação da Mesa e um consenso dos Parlamentares de que ele vai ser amplamente discutido na Comissão de Saúde desta Casa, com a participação de todos os segmentos que compõem a nossa Saúde. Dou por encerrada a Sessão.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convido o Senhor Deputado Joaquim Ruiz para atuar como Segundo Secretário ad hoc.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Joaquim Ruiz) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão a Ata da Sessão anterior.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, solicito à Taquígrafia que faça uma retificação na Ata, pois houve um equívoco. Quando eu convoquei a Comissão, não foi a de Agricultura, mas a de Ética. Só para fazer a correção. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito à Assessoria que faça a correção da Questão de Ordem do Deputado Gabriel Picanço. Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir. Em votação. A votação será simbólica. Os Senhores Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memo nº 025/12, de 15/05/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência na sessão do dia 16/05/12.

Memo nº 012/12, de 16/05/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência na sessão do dia 17/05/12.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 023, de 14/05/12, referente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013, na forma do artigo 113 da Constituição Estadual, e Lei Complementar nº 066, de 23 de abril de 2003.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, bom-dia. Senhor Presidente, prometo que não usarei de uma hora. Será breve a nossa fala e bem direta, direciona da aquilo que nós queremos dar o nosso recado e emitir a nossa mensagem.

Quero manifestar a nossa preocupação para com a forma com que o Governo do Estado, de maneira equivocada, trata o Plano de Cargos e Salários dos Servidores e as demais legislações pertinentes a direitos e deveres dos servidores. Tem sido uma prática deste Governo cometer equívocos. E, parece que ele tem uma habilidade imensa para criar problemas. Ou é mal assessorado, ou não tem dimensão do que é governar um Estado de maneira compartilhada, ouvindo todos os setores que têm interesse nessas propostas.

E, mais uma vez Deputado Joaquim Ruiz, Deputado Ionilson Sampaio e Deputado Gabriel, que faz parte da Comissão de Saúde, nós já estamos antecipando um problema que está se anunciando, o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Saúde. Percebemos que ele já começou errado. A legislação é bem clara. O pacto federativo instituiu uma Mesa Permanente de negociação para deixar claro que a construção

do Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Saúde tem que ser feita de forma compartilhada. Mas isso não está acontecendo. Simplesmente, o Secretário de Saúde nomeou uma comissão de técnicos, que estão elaborando essa proposta e já foi publicado no dia 16 de fevereiro que essa comissão teria 60 dias para concluir os trabalhos. Mas não concluíram. Já prorrogaram por mais 30 dias e o prazo acaba agora, no final de maio. Mas a Secretaria de Saúde ainda quer prorrogar mais esse prazo. O que nos preocupa é que não estão sendo ouvido em todo esse processo, os servidores da saúde. Não está sendo construída de maneira conjunta essa proposta.

O Secretário alega, segundo informações repassadas à Comissão de Saúde, que após concluir a minuta dessa proposta, vai ouvir a categoria. Eu espero que ouça mesmo. E não só ouvir, que abra espaço para discussão, para que possamos chegar nesta Casa, causar um debate maior, uma discussão bem mais aprofundada. E, acredito que boa parte dessas questões podem ser tratadas nesta comissão, que já começou errada pela forma como foi construída, mas de uma maneira paritária para oportunizar os servidores e levar sugestões para a construção dessa proposta. Eu vou ouvir o Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado Soldado Sampaio, Vossa Excelência se coloca sempre em defesa do servidor, dos trabalhadores de qualquer categoria nesta Casa. É bom termos parlamentares que se preocupam com a questão dos servidores públicos do Estado de Roraima. Ontem, nós estivemos, na parte da manhã, eu, o Deputado Gabriel e o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Joaquim Ruiz, conversando com o Secretário Leocádio e, a informação que ele nos passou foi que há uma equipe de técnicos trabalhando. Ele vai apresentar a minuta dessa proposta para os trabalhadores da saúde, vai chamar as diversas categorias para que eles possam analisar e fazer as adequações, buscando o consenso. É verdade que se essa construção já tivesse sido feita com as diversas categorias, talvez diminuísse o estresse ou o tempo, já que o Secretário está atrasado em relação aquilo que ele assumiu nesta Casa, que foi o prazo de um ano, o qual já venceu. Para que ele enviasse o Plano de Carreiras dos Trabalhadores da Saúde para esta Casa. Mas a Assembleia não se furta ao trabalho de convocar audiência pública, se for o caso, com todas as categorias, para buscarmos o entendimento para quando esse plano der entrada nesta Casa, alguns pontos já estejam plenamente resolvidos. E o resto, nós iremos decidir nesta Casa, no plenário, de acordo com a proposta que virá para cá, por parte do Governo do Estado.

Então, fica aqui a nossa cobrança mais uma vez. Ontem, cobramos aqui que o Secretário dê celeridade nisso, para que, quando essa minuta estiver pronta, ele não só a apresente para os trabalhadores da saúde, mas, também, para esta Casa, para que a comissão possa ajudar na construção desse documento final. Então, mais uma vez, reitero o pedido ao Secretário de Saúde do Estado para que envie, quando conclusa, uma cópia dessa minuta para que a Comissão de Saúde também possa analisá-la, inclusive, ajudando na construção desse documento final. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. – Obrigado, Deputado Ionilson. É verdade. A Secretaria de Saúde já se comprometeu em concluir esse plano e já vai fazer um ano que isso foi discutido no Simpósio, em audiência pública, inclusive, em legislações, nas quais, nós fizemos emenda nesse sentido. Pelo menos o secretário já se comprometeu, junto ao Conselho Estadual de Saúde, em concretizar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores, logo, já há um entendimento, mas o secretário já perdeu todos os prazos. O que percebemos, Deputado Brito, é que há uma tentativa de convencer os servidores da saúde, e isso eu senti numa reunião que tive agora com várias lideranças que representam esses servidores, a prorrogarem mais ainda esse prazo, e ele não tem mais argumento para nos convencer aqui dentro da Assembleia Legislativa a prorrogar esse prazo. O Conselho de Saúde já deu o recado. Inclusive, não aprovou as contas do Secretário de Saúde, exatamente por causa daquela questão dos 30 milhões de reais que foram desviados da saúde, fato que está sendo apurado, para o qual nós pedimos uma CPI aqui, mas não foi realizada, ou seja, o Secretário está usando de artimanhas para tentar convencer os servidores a vir para esta Casa com o seguinte discurso: Olha, o maior interessado é o servidor. E, ele está de acordo aguardarmos mais um ano para apresentarmos o Plano de Cargos e Salários. E aí, Deputado Brito, sabemos que o ano que vem é praticamente o ano de eleições estaduais, logo, a discussão vai ser prorrogada por mais tempo. Então, eu acho que nós temos que enfrentar essa questão o quanto antes, convocar o Secretário de Saúde, fazer com que ele cumpra os prazos determinados, pois foi ele que pediu um ano, mas passou boa parte de todo esse ano

sem querer discutir essa questão. E agora, em cima da hora, com o prazo encerrando, quer a prorrogação por mais duas, três vezes. Não podemos aceitar. Inclusive, tenho conversado com os servidores da saúde, tentando orientá-los a procurarem cada um dos Senhores, enquanto parlamentares, para arrancar esse compromisso dos Senhores. Sem sombra de dúvida, este ano ainda, de preferência neste semestre, vamos aprovar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Saúde e, Deputado Brito, quero ser bem franco, o secretário ontem, numa reunião com os Deputados, veio com o discurso que não tem recurso, já antecipando qual é a vontade dele, o que é que vai vir nesse plano. Ora, não vamos poder dar reposição salarial, reajuste, progressão, por que não há recursos?

O Estado de Roraima corre o risco de começar a entrar numa crise financeira em virtude do aumento do salário dos servidores? Isso não é verdade. No ano passado, Deputado Brito, eu estou aqui com o orçamento da saúde, arrecadaram 213 milhões, se não me engano. E, o excesso de arrecadação ocorrido durante todo o ano na saúde, dobrou o orçamento. E este ano não vai diferente. O orçamento previsto para o fundo de saúde é de 231 milhões. Só este ano já tivemos aqui, de excesso de arrecadação, 117 milhões a mais, ou seja, estamos no mês de maio ainda, e praticamente temos a certeza de que o orçamento da saúde vai dobrar mais uma vez.

Outra prova de que há recursos para pagar bom salário aos servidores, é que foram instituídos dentro da área de saúde do nosso Estado os famosos plantões. Os servidores estão dobrando os seus salários em virtude desses plantões, mas há uma sobrecarga de serviço muito grande. Às vezes, o servidor não consegue dar a atenção devida aos pacientes e muito menos a sua família, porque ele vive praticamente dentro do hospital. Recurso há. Agora, o servidor que se submete ao plantão por ter um baixo salário, fica vulnerável, se submetendo aos comandos dos gestores das unidades hospitalares sem reclamar, sem denunciar, porque se ele fizer isso, estará fora da escala de plantão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo. Vossa Excelência tem se portando como um Parlamentar muito enfático, principalmente na defesa dos direitos dos trabalhadores do nosso Estado. Mas, Deputado Soldado Sampaio, quero frisar bem que, na antiga Grécia, havia estudiosos, gregos, cujo ensinamento, ainda hoje, nas academias, nós estudamos. Sócrates, Aristóteles, Platão, enfim, buscavam sempre evidenciar o nome democracia, que nada mais é do que a participação de todos nas discussões para que cheguemos, sobretudo no Poder Público, a um consenso, ou seja, é do povo, pelo povo e para o povo. Isso é democracia. Aí eu pergunto para Vossa Excelência: onde é que está a democracia em nosso Estado? Nós estamos vivendo hoje, uma ditadura disfarçada de democracia, onde o Governador não aparece em nada, há sempre alguém à frente. E agora, as categorias estão sendo representadas pela alta cúpula na formação e reestruturação do plano de cargos e salários dos servidores, nos mais variados segmentos. Estamos com essa problemática no segmento da Segurança Pública, causando um desconforto tremendo entre as dez categorias que formam a Polícia Civil, já fomos procurados pelos servidores da Secretaria de Saúde, que estão passando por uma reformulação do seu plano de cargos e salários, mas não conseguem representatividade para debater, para que possa haver uma discussão ampla, para que eles cheguem a um consenso, no Plano de Cargos e Salários, sobre uma estruturação de carreira que atenda todos os segmentos, que determine as suas prioridades, para que seja enviado a esta Casa. Agora se fala que o Secretário de Saúde do Estado vai enviar a esta Casa uma minuta para que possamos analisá-la e devolvê-la. Vejam bem, agora esta Casa é consultiva? Nós vamos servir de consultoria para as categorias e para os Secretários de Estado? A Assembleia Legislativa é um local para se apreciar e formular leis, o que tem que haver é a democracia em sua amplitude, que as categorias sejam representadas de maneira paritária dentro das Comissões. Formule um plano de estruturação e reestruturação do seu plano de cargo e salários e, a partir daí, o transforme em um Projeto de Lei para que seja enviado a esta Casa para apreciação. Será que a intenção do Governo é tomar o nosso tempo, nos desestabilizar? Todos os dias somos procurados por representantes de categorias para intervirmos em uma reestruturação de carreira, enquanto nós não temos essa prerrogativa de intervir, exceto quando for transformado em Projeto de Lei e estiver aqui nesta Casa, aí sim, se torna uma prerrogativa do Parlamentar, mas antes não! Na formulação do material a democracia tem que ser plena, com comissões formadas de maneira paritária, onde tem que ser debatido para que atenda as necessidades dos servidores.

Agora, todo o nosso tempo é voltado para essa discussão, quando, na verdade, não vemos nenhum Projeto de Governo para atender os segmentos prioritários deste Estado na questão de investimento. Cadê as providências do Governo no sentido de trabalhar para formar uma nova matriz econômica, para que possamos sair, de uma vez por todas dessa malfadada economia do contracheque, que todos ficam brigando aqui neste parlamento, em Comissões para que sejam reconhecidos, os servidores públicos não existe uma outra matriz econômica para que essas pessoas possam se prender e aquecer a economia, e gerar emprego e renda. Quem está discutindo o setor produtivo, não se ver! Não se pode instalar uma indústria porque não há matéria prima, e o comércio gera emprego e renda em todos Estados da federação, menos aqui, porque tudo que compramos no Estado de Roraima vem de outros Estados e, o Governo não se preocupa com nada, nem com o setor produtivo, nem com o industrial ou comercial. E, como Vossa Excelência falou agora há pouco, sequer há preocupação com os servidores públicos, que são os maiores geradores da econômica do Estado de Roraima. E, por mais que seja propalado na tribuna, nos jornais nós não vemos providências nesse sentido.

Então, eu quero conchamar os nobres pares para que possamos entrar em um debate, para que se coloque as prerrogativas dos parlamentares. Mas, vamos analisar a minuta enviada pelo Secretário de Estado, antecipando que não há recurso para pagar. Isso é o cúmulo do absurdo. Parabéns a Vossa Excelência. Quero deixar registrado que nós estamos arrecadando muito, ou seja, temos a maior carga tributária do mundo. Recurso há! Temos que focar as nossas energias em investimento, formar outra matriz econômica, senão, daqui a alguns anos, este Estado não aguentará mais bancar a folha de pagamento e, quando isso acontecer, para onde vamos, sem um setor produtivo, sem indústria, com um comércio fracassado e com uma carga tributária pesada? Estamos fadados a não termos recursos para pagarmos os planos que estamos debatendo e aprovando nesta Casa. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – A nossa preocupação é bem maior. Olhem o que eu percebi, o Governo do Estado não abre espaço para discussão com os servidores e ainda mandou um recado, e estão aqui os policiais civis de prova, pois quando foi formulada a estruturação de carreira dos policiais, os agentes e o sindicato não foram ouvidos e, ao enviar a mensagem governamental, o Governador foi enfático: “Olha! A Mensagem é esta, a proposta é esta, doa a quem doer, não adianta buscar oposição, que são irresponsáveis para com o Estado, e não vamos aceitar emendas.” Já aprovamos a proposta original do Governo, mas ele muda de ideia, manda de volta e é mantido o veto. Então, o servidor não tem a quem recorrer, muitas vezes procuram a oposição e finda virando uma queda de braço entre oposição e governo e, nessa queda de braço, por vezes a oposição perde, mas o maior perdedor é o servidor público por não ter a oportunidade de ser ouvido e atendido nos seus pleitos. Então, a minha preocupação é que essa proposta da saúde que está sendo construída de forma unilateral, venha nos mesmos moldes dos anteriores e, quando chegar aqui nesta Casa, onde a situação é maioria, mesmo que tenhamos a boa vontade de fazermos emendas, além de haver emendas que não são de nossa iniciativa, principalmente no que tange à geração de despesas, o servidor ficará prejudicado. Então, faço um apelo para que o Governo oportunize os servidores, não estou pedindo que acate todas as reivindicações, não é isso, mas que tenham ao menos a oportunidade de serem ouvidos, caso contrário, não há necessidade de sindicatos e associações só para promoverem festas, pois não é essa a finalidade, essas entidades são reconhecidas pela nossa legislação para participarem das negociações. Queremos promover o debate em Comissões e em Plenário, mas não da forma que estão vindo as propostas. O Governo não promove a discussão e joga para a Assembleia Legislativa um abacaxi bem grande, ficando de um lado a oposição e de outro a situação, em uma queda de braço e, mais uma vez, o maior perdedor é o servidor público e automaticamente a sociedade. Diante do exposto, peço que haja uma intervenção.

Quero parabenizar a Comissão de Saúde e de Educação, na pessoa do Presidente Joaquim Ruiz e demais membros, por conseguirem avançar bastante na área de educação, pois muitos avanços foram feitos por intermédio da Comissão de Educação em conjunto com o SINTER e a Secretária Lenir Rodrigues. Quero reiterar mais uma vez a Comissão que faça da mesma forma com a Saúde, mesmo sabendo que a categoria dos Servidores da Saúde não estão tão organizados quanto à classe de servidores da educação, mas nada impede que a Comissão de Saúde promova essa discussão. Peço, mais uma vez, ao Secretário de Saúde que cumpra esse prazo e mande o quanto antes

para esta Casa uma proposta construída de maneira harmônica entre o Poder Executivo e os servidores da saúde.

Ao meu ver, não cabe o discurso de que não há recursos, acabamos de demonstrar que na pasta da saúde, só pelo Fundo de Saúde já temos de excesso de arrecadação cento e dezessete milhões. Entretanto, o servidor não é valorizado, é submetido ao regime de escala de plantão, se sobrecarregando, e o que é pior, nos nossos hospitais continuam faltando de um tudo. Hoje mesmo falei com uma Senhora que está internada há vários dias e sequer tem a medicação básica, ela está se alimentando por sonda e não recebe o medicamento devido. Nós obtivemos a informação de que cirurgias cesarianas na maternidade só foram feitas porque pegaram anestesia emprestada do hospital da criança. Logo, pergunto: para onde está indo esse dinheiro?

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Vou me ater ao seu pronunciamento em dois pontos. A preocupação de Vossa Excelência com o excesso de arrecadação na área da educação foi o que favoreceu encontrarmos um acordo, no ano passado, junto ao Governo, através da Secretaria de Educação, para que pagássemos tudo que estava pronto em relação à progressão vertical dos funcionários da Secretaria de educação. Portanto, na área da educação tudo que for excesso de arrecadação, foi acordado e está valendo para este ano, em benefício do trabalhador da educação.

No que tange a saúde, o Estado é obrigado a investir 12% de toda sua receita, assim como os Municípios tem a obrigação de investirem 15%. Isso quer dizer que, qualquer excesso de arrecadação vai nos permitir abrir um diálogo aqui nesta Casa, assim como abrimos com a Secretaria de Educação. Eu digo Casa, o Parlamento de Roraima, para que possamos fazer um plano o mais justo possível dentro da limitação orçamentária que nós vamos ter acesso.

Em relação ao plano que está sendo elaborado, ele começou com muita dificuldade. Eu estive com os Deputados Ionilson Sampaio e Gabriel Picanço, ou seja, dois membros da oposição da Casa, com o Secretário, cobrando uma participação efetiva de todas as classes que compõem a Saúde Pública de Roraima, inclusive, dos Secretários Municipais de Saúde, para que sejam ouvidos, porque esse plano vai ter algum tipo de ingerência junto aos municípios do interior do Estado, aonde há funcionários públicos da saúde. Pois bem, o que o Secretário nos colocou é que ele está fazendo um esboço com uma equipe técnica e que, tão logo feche esse esboço, vai chamar cada segmento, cada setor, o da odontologia, o da fisioterapia, para que cada um elabore a sua proposta e depois chamará os líderes de cada segmento para que definam suas prioridades, para que aí possamos mandar para a Assembleia. Então, no meu ponto de vista, acho que essa é uma medida correta para uma área que é extremamente diferente da educação, porque só na área de odontologia são 16 especificidades, diferentes de outras áreas. Um dentista que cuida da cirurgia bucomaxilar trabalha na urgência e na emergência do Coronel Mota, especialidade que é diferente da ortodontia. Então, só nessa área são dezesseis categorias distintas uma das outras. Se formos para medicina, só na área de urologia são 12. É complicado e complexo quando se trata de saúde pública e se cuida da vida das pessoas. Então, eu acho que esse é o caminho e, me comprometi, junto com os dois Deputados, de formarmos a maioria da Comissão para, se houvesse a possibilidade, prorrogarmos mais um pouco o prazo já que para esse ano não vai valer, valerá para o próximo exercício. Portanto, acertamos com o Secretário de Saúde que se fosse necessário, ampliaríamos por mais trinta dias, e faríamos isso através da comissão com o aval do Parlamento para buscarmos um maior entendimento, para que todos saiam ganhando dentro daquilo que é possível atendê-los. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Muito obrigado, Deputado, sem sombras de dúvida o trabalho da Comissão de Saúde e Educação, presidido por Vossa Excelência, tem feito um trabalho excelente, tem cumprido o seu dever. Reconheço e tenho acompanhado o seu trabalho junto aos servidores da educação, através da negociação que conduziu junto à Secretaria de Educação. Eu espero que Vossa Excelência continue com esse mesmo trabalho junto à Secretaria de Saúde para que possamos buscar esse Plano de Cargos e Salários. Agora, não dá para aceitar que o Secretário que teve o prazo de um ano, só nos últimos dois meses é que criou uma comissão e se deparou com toda essa problemática. Sei que realmente não é fácil lidar com a Secretária de Saúde em virtude de diversas categorias e subdivisão de categorias dentro dessa área, mas o Governo, nesse momento, está buscando um prazo maior. Então, a minha preocupação é quanto tempo ele quer de prazo? 30 dias, 60 dias. É aceitável? Agora, não podemos aceitar que essa discussão seja levada para 2013, 2014, pois essa é a nossa maior preocupação. O correto é construir essa proposta de maneira paritária,

pois ele está fazendo um meio termo, montando uma proposta para depois ouvir os servidores. Mas não é dessa forma. Espero que pelo menos ele tenha a sensibilidade de abrir um espaço para os servidores da saúde participarem, antes que a proposta seja enviada para esta Casa, senão, estará causando os mesmos problemas que estamos enfrentando com a Polícia Civil e Militar. Então, Senhores, é esse o nosso posicionamento e espero que possamos buscar um entendimento o quanto antes. Peço o apoio de todos os Senhores, porque essa luta não pode ser da situação ou da oposição, pois trata-se da saúde do nosso Estado e do bem-estar da nossa sociedade.

Senhor Presidente, queria aproveitar a oportunidade e cobrar da Mesa Diretora um Requerimento apresentado, de nossa autoria juntamente com os Deputados Brito Bezerra e Dhiego Coelho, solicitando algumas informações da Secretaria de Saúde principalmente no que se refere a contratos e licitações de compra de medicamentos e materiais de expediente. Temos ouvido, Senhor Presidente, que algumas empresas que ganharam licitações estão desistindo, causando um dano muito grande para a saúde, porque começa a faltar medicamentos e o Governo tem que chamar a segunda ou a terceira colocada para realizar a compra desses medicamentos. Dessa forma, nós queremos saber quais dessas empresas que ganharam essas licitações cumpriram o seu contrato e entregaram os medicamentos e, quais as empresas que ganharam as licitações e desistiram, e o porquê. Porque quando faltam medicamentos nos hospitais do Estado, a alegação do chefe do Departamento é de que a empresa que ganhou os medicamentos não entregou a tempo o material para o bom funcionamento da rede pública de saúde? Então, quero cobrar da Mesa se já tem um posicionamento com relação a esse requerimento, pois já se passaram 30 dias. Caso não tenham chegado essas informações, peço à Mesa que reitere esse pedido junto ao Secretário de Saúde para sabermos o que realmente está acontecendo. Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais Oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação, em turno único, o Projeto de Lei nº 047/11, que “Institui o Dia do Militar Estadual Inativo”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; e do Projeto de Lei nº 019/12, que “Altera a lei de nº 840, de janeiro de 2012, e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público de Contas.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto nº 047/11, com Emendas, bem como, do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário Jalsen Renier – Lido o Projeto nº 047/11, com Emendas, bem como, o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Final.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Sargento Damosiel – Senhor Presidente, nesse Projeto de iniciativa do Deputado Soldado Sampaio fui o último relator porque pedi vista na comissão e, ele teve um Parecer da Consultoria Jurídica da Casa que poderia mas haver mais um veto governamental, pois o artigo 4º desse Projeto dava atribuições ao Comando da Polícia Militar e poderia haver um entendimento do Governo de que nós estaríamos criando uma obrigação e que, de certa forma, iríamos onerar o Governo. Por isso, eu propus, para não prejudicar o Projeto do Deputado Sampaio, suprimir o artigo 4º, tirando essa atribuição do Comando que teria a obrigação de em 180 dias criar um plano de adaptação psicossocial de seus servidores. Acredito não ter prejudicado muito o Projeto, pelo contrário, na verdade o objetivo maior era lembrar e homenagear aquele servidor militar que por muito tempo serviu na Polícia Militar e hoje encontra-se na inatividade. Aproveitando esse gancho do Deputado Sampaio, fiz também a alteração do artigo 1º dessa lei, onde diz que fica instituído o Dia do Militar Estadual Inativo e, também coloquei o Dia da Pensionista. Pensionista é a esposa do policial que já faleceu. Então, para que não tivesse que se criar outro dia para homenagear as pensionistas, nós estamos englobando nessa lei o Dia do Militar Inativo e também homenageando a esposa do policial militar falecido. Essas foram as mudanças no projeto e acredito que, suprimindo o artigo 4º, o Governo não vai alegar inconstitucionalidade. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - Senhor Presidente, quero ressaltar o apreço que tenho pelos militares estaduais, quer sejam da ativa, os inativos, os que já faleceram no cumprimento de seu dever ou de causa natural. Quero louvar a preocupação do Deputado Sampaio em apresentar tal Projeto de Lei nesta Casa, mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de, como Parlamentar, dizer que nós somos talvez a

Assembleia mais prodiga em homenagem o dia das profissões. Se fizermos um retrospecto em nossos Anais, há dia para homenagear quase todas elas. Então, imagino que se houver o dia do militar estadual, englobaremos todas essas derivações. Deputado Damosiel, acrescentar a pensionista do militar é mais um dia que entra na coleção. Então, eu acho que nós temos que pensar um pouco mais no alcance, pois daqui a alguns dias vem uma enxurrada de projetos querendo o dia do funcionário da saúde inativo, o dia do trabalhador na agricultura inativo e, assim por diante. De modo que, eu não vou dizer que vou votar contra o projeto, mas vou registrar o meu protesto por essa profusão de projetos como forma de homenagear determinada categoria. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, colocou-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Nos termos do Parágrafo 4º, do artigo 222 do Regimento Interno, comunico que os Senhores parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando não, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 047/11, por 16 votos sim, nenhum contra e nenhuma abstenção.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, gostaria que constasse em Ata o meu voto favorável a matéria.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – Peço a assessoria que inclua em Ata o voto do Deputado Flamarion Portela.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto nº 019/12, bem como, do Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro Secretário Jalser Renier – Lido o Projeto nº 019/12, bem como, o Parecer das Comissões em conjunto.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão a matéria. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, colocou-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Nos termos do Parágrafo 4º, do artigo 222 do Regimento Interno, comunico que os Senhores parlamentares têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria e, votando não, rejeitam-na.

Solicito a assessoria técnica, a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 019/12, por 18 favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento assinado pela maioria dos Senhores Deputados, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 17 do corrente ano, às 11h, em Comissão Geral, momento em que esta Casa prestará homenagem a Defensoria Pública do Estado de Roraima pela passagem do Dia do Defensor.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, colocou-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Dou por aprovado.

Comunico aos Senhores Deputados que se encontra sobre a Mesa a Resolução que cria a Comissão Especial externa com o objetivo de estudar, analisar e avaliar a dívida externa de Roraima, bem como, créditos que o mesmo tem a receber, e dá outras providências; Composta pelos Deputados: Joaquim Ruiz (PV), Ionilson Sampaio (PSB), Coronel Chagas (PRTB), Flamarion Portela (PTC), Erci de Moraes (PPS) e Chicão da Silveira (PDT).

Convidamos os Senhores Deputados para uma reunião amanhã, das 8:30 às 13:30h, no Plenário deste Poder, onde estará reunida a Comissão Especial da PEC 111/11, com a presença de vários Deputados Federais de outros Estados, bem como também os estaduais.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Antes de encerrar a Sessão, queria reforçar o convite para todos os Deputados integrantes da CCJ, da Comissão de Finanças e da Comissão de Administração para hoje, à tarde, às 15:00h, na sala de reuniões, uma reunião, onde receberemos o Sindicato dos Polícias Civis para ouvirmos as reivindicações dos seus representantes, referentes ao projeto de Lei que tramita nesta Casa. É importante a presença dos Deputados para que possa haver quórum, para ouvirmos os representantes desse sindicato. E amanhã, às 16:00h, nós receberemos o Sindicato dos Delegados com os integrantes dessas mesmas comissões.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, peço à Mesa que agilize aquela regulamentação, pois é uma decisão da Mesa, para que possamos convocar dentro da Lei, Deputado Jalser Renier, o

Presidente dos Institutos, das Empresas Públicas que já completaram um ano de gestão e precisam fazer a sua exposição sobre todo o planejamento do exercício passado e do próximo.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Nesse momento, a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, conforme Requerimento aprovado anteriormente.

Solicito ao Deputado Rodrigo Jucá que conduza a Mesa dos Trabalhos o Defensor Geral, Stélio Denner de Souza Cruz.

O Senhor Defensor Público Stélio Denner- Senhor Presidente, gostaria de dar o meu bom dia a todos os presentes, aos Deputados Estaduais, nem nome do Presidente, Chico Guerra, agradecer a presença dos meus colegas Defensores Públicos, servidores da Defensoria Pública que aqui estão, agradecer a presença do Doutor Alex Ladislau, que foi o Defensor Público Geral que institucionalizou a Defensoria Pública no Estado de Roraima e realizou, no ano de 2002, o primeiro concurso público.

Nós estamos na semana em que se comemora o nosso 12 aniversário e peço, com todo respeito, aos nobres Deputados, para relatar um pouco o que aconteceu durante esses doze anos da Defensoria Pública.

É verdade que, no Brasil, sobretudo em Roraima, nos últimos anos, nota-se grandes avanços na busca pela democratização do acesso à justiça, fruto do fortalecimento e amadurecimento das nossas instituições que compõem o sistema judiciário, mas também do amadurecimento das nossas autoridades e das políticas públicas voltadas para instituições jurídicas. A Defensoria Pública, poucos sabem, foi criada pela Constituição de 88, tal como foi criado o Ministério Público. Mas diferentemente de como aconteceu com esse, a Defensoria Pública só foi obter o fortalecimento e reconhecimento necessário para sua implementação os Estados, muito tempo depois. A nossa Defensoria do Estado de Roraima foi criada por este parlamento no dia 19 de maio de 2000, dia em que se comemora o dia nacional da Defensoria Pública e o dia do Defensor Público. Então, nós estamos aqui comemorando três aniversários, Presidente, o “Dia do Defensor Público, o Dia Nacional da Defensoria Pública e os 12 anos da implantação da Defensoria Pública no Estado de Roraima. Estamos deixando de ser criança, cronologicamente falando, pois temos doze anos, passaremos agora a ser adolescente, porém, o nosso crescimento se sobrepõe a essa idade cronológica, tivemos que avançar, e avançar muito, para que pudéssemos dar a uma parcela da população do nosso Estado, a possibilidade de terem seus direitos respeitados com dignidade na busca pela tutela jurisdicional prestada pelo Estado.

Em pouco tempo, Senhores Deputados, estávamos nós em todas as comarcas do Poder Judiciário, apesar das dificuldades. Mesmo estando no início da nossa institucionalização dentro do Estado, conseguimos seguir a passos largos. Quando o Tribunal de Justiça implantava as comarcas no interior do Estado, nós estávamos lá, juntos, também implantando a Defensoria Pública. Conseguimos suprir com isso todos os anseios da população do nosso Estado. Atendemos hoje, a população de todos os municípios, em parceria com o Tribunal de Justiça e sua justiça itinerante, desde a Comunidade Indígena do Manalaie, até os moradores do Baixo Rio Branco. Somos responsáveis, no Estado de Roraima, por 84% dos processos que tramitam no poder judiciário, tudo isso com apenas 37 Defensores Públicos abnegados, e com um quadro funcional que não existe, pois temos uma decisão judicial que declarou uma lei estadual por vício de iniciativa, inconstitucional. E hoje, os atuais 44 cargos comissionados que existem na Defensoria Pública estão mantidos porque a Assembleia Legislativa recorreu contra a decisão do Tribunal de Justiça, o qual declarou aquela lei inconstitucional, recurso esse que foi negado e estamos na iminência de ter que demitir 44 servidores da Defensoria Pública, se por acaso for transitada essa decisão. É um quadro funcional pequeno, formado principalmente por estagiários de Direito, mas que se agigantam no atendimento do nosso povo. Logo, obrigado estagiários de direito da Defensoria Pública do Estado de Roraima. O número de atendimento no ano de 2011 superou a barreira de 90 mil ao ano e, esses números, Deputados, nos deram o reconhecimento pelo Ministério da Justiça de sermos a terceira melhor Defensoria Pública do Brasil. Com a ajuda do parlamento estadual, fomos a primeira Defensoria pública no Brasil, no ano de 2005, logo após a emenda Constitucional 045 aprovada no final do ano, em 31 de dezembro de 2004, até o duodécimo já implementado na forma de autonomia financeira e orçamentária na Defensoria Pública, no dia 20 de janeiro de 2005. E, quero agradecer por terem tido a sensibilidade de ouvir o nosso saudoso governador Ottomar Pinto.

No ano 2000, quem implementou a Defensoria Pública e realizou o primeiro concurso público foi o ex Governador Neudo Campos. O ex-Governador Flamarion, nosso Deputado hoje, foi o

governador que reconheceu, de forma remuneratória, o Defensor Público e, antes mesmo da Emenda Constitucional, Deputado Flamarion, de 2004, Vossa Excelência já reconhecia, enquanto governador, a forma remuneratória aos membros da Defensoria Pública como agentes políticos, transformando a forma remuneratória de salários para subsídio, aumentando em 100% o subsídio do Defensor Público, o qual, quando Vossa Excelência assumiu, era de 2.500,00 reais, e passou para cinco mil reais. Obrigado, Deputado Flamarion. Posteriormente, veio o Governador Anchieta que representa para nós o Governador da paridade, da simetria do subsídio dos Defensores Públicos, dos magistrados e dos Promotores de Justiça.

Todas essas conquistas que relatei a Vossas Excelências, Deputados, tiveram a participação direta desse parlamento. Meus agradecimentos a todos vocês, Deputados desta Legislatura e das legislaturas anteriores. Gostaria de, com todo respeito ao Presidente Chico Guerra, fazer esse agradecimento no nome do Deputado Mecias de Jesus, que por oito anos presidiu esta Casa, ou seja, durante nossa existência de 12 anos, oito anos passamos com o Deputado Mecias de Jesus como Presidente. E, ele foi um dos grandes responsáveis pelo nosso crescimento, por isso, em nome dele, gostaria de reforçar o convite, extensivo a todos vocês, para que amanhã possamos estar juntos comemorando esses 12 anos. Este parlamento e nós, com o nosso trabalho na Defensoria Pública, estaremos reunidos em um jantar que será oferecido aos Defensores públicos e a todas as autoridades do Estado de Roraima amanhã, no cenário.

E, em virtude dessa participação direta na construção do fortalecimento da Defensoria Pública, peço aos Defensores e servidores desta Casa, uma salva de palmas a todos os Deputados Estaduais. Somos hoje o que somos, por causa também de Vossas Excelências, que não ajudam a Defensoria Pública, mas o povo de Roraima, aos nos possibilitar sermos a terceira melhor Defensoria Pública do Brasil. Vossas Excelências estão dando ao povo de Roraima um serviço jurídico público, gratuito e de qualidade àqueles que precisam, ou seja, a população mais pobre do nosso Estado.

No entanto, Senhores Deputados, para garantir uma Defensoria Pública forte e atuante, não bastam apenas as alterações normativas, mas num conjunto de ações, de medidas afirmativas do poder executivo, do legislativo e de nós, da instituição, para assim prosseguirmos com os avanços conquistados pelos nossos antecessores, os Defensores Públicos Gerais. E, gostaria de parabenizar e agradecer a Doutora Lenir Rodrigues, ao Doutor Wallace, ao Doutor Taumaturgo e só Doutor Oleno.

Estamos na nossa gestão há seis meses e, agradeço a esta Casa pelo reconhecimento e aprovação do meu nome. Durante esses seis meses, nós já colocamos um carro em cada comarca do interior para que possamos atender a população do interior com dignidade, porque existe comarca do Poder Judiciário que atende mais de um município. O Defensor Público hoje, no interior, tem um carro para se locomover a outro município que atendido pela mesma Comarca, ou as vilas, vicinais, se assim for necessário. Conseguimos e já estamos escritos no SECOVER com quatro emendas parlamentares federais para a construção de quatro sedes no interior. Dos Deputados Federais Luciano Castro e Berinho, para o município de Pacaraima, para Mucajaí e Caracará com duas Emendas do Senador Romero Jucá e, em Rorainópolis, com Emenda do Deputado Federal Edio Lopes. Tivemos a iniciativa de colocar a administração superior da Defensoria Pública em outro prédio, para que possamos melhor atender a todas as autoridades do Estado e ao povo em geral e, deixarmos o prédio do centro, na Sebastião Diniz, apenas com atendimento à população. Com isso, hoje, cada defensor tem o seu gabinete para melhor atender a população do nosso Estado.

Quero encerrar dizendo que temos necessidades sim, e contamos com a sensibilidade de Vossas Excelências para criarmos o nosso plano de cargos e salários. O nosso projeto foi a pedido do poder executivo, enxugado em relação ao projeto que foi colocado nesta Casa no passado. Diminuímos 150 cargos no projeto, a pedido do poder executivo, e a maioria dos cargos, e quero explicar publicamente, se destinam principalmente aos gabinetes dos defensores públicos. São 40 assessores jurídicos e 40 chefes de gabinetes. Hoje, nossos chefes de gabinetes são os estagiários de direito, nossos chefes de gabinetes são pessoas terceirizadas, da empresa que presta serviços para nós. Só para se ter uma ideia, a minha atual secretária é a mesma, desde 2005, quando comecei como estagiária mirim aos 15 anos de idade, e até hoje ela trabalha na Defensoria Pública. Hoje, aos 22 anos, já está cursando o sexto semestre do curso de direito. Então, são essas pessoas que queremos valorizar dentro da defensoria Pública.

Termino afirmando a Vossas Excelências que a Defensoria Pública continua e sempre continuará com as parcerias com o poder legislativo, como por exemplo o CHAME, que quando foi instalado e implantado por esta Casa, a Defensoria Pública teve participação direta, como tem até hoje, nos atendimentos voltados a mulher vítima de violência e, mais recentemente, com o PROCON – ALE, onde estamos realizando neste momento o termo de cooperação técnica entre o PROCON-ALE e a Defensoria Pública do Estado de Roraima. Então, a data é comemorativa. Obrigado, Deputados Estaduais, por terem nesses 12 anos conseguido nos ajudar na implementação, estruturação e no fortalecimento da Defensoria Pública. Aos servidores, colegas Defensores Públicos, muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Neste momento fará uso da palavra o Senhor Defensor Público Geral – Oleno Inácio de Matos.

O Senhor Defensor Público Geral – Oleno Inácio de Matos – Bom-dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Defensores Públicos, Servidores e estagiários, servidores desta Casa, amigos e populares presentes. Essa é mais uma oportunidade ímpar para falarmos um pouco mais sobre a Defensoria Pública, sobre uma Instituição que tem a incumbência de prestar tão relevantes serviços à sociedade roraimense, bem como a toda sociedade brasileira. O Dr. Stélio Denner fez um breve relato da nossa história, das nossas conquistas e dos nossos anseios. Quero complementar a fala dele, somente lembrando que esta Casa tem se firmado pela sua ousadia e sou testemunha disso. A criação do CHAME, como o Dr. Denner falou, teve a contribuição fundamental da Defensoria Pública que desde seu embrião participou de todas as reuniões, dentro e fora do Estado, com o intuito de implementar aí o Centro de Apoio Humanitário, funcionando e servindo de exemplo a outros Estados para trazer a garantia dos direitos não só a mulher vítima de violência, mas, também, ao agressor que precisa de uma atenção especial. Outro exemplo que temos de ousadia desta Casa é a criação do PROCON Assembleia, que a despeito de qualquer crítica com relação à sua fundamentação legal, não podemos deixar de falar que a sociedade precisa e a Assembleia Legislativa, ultrapassando seu papel fundamental de legislar e produzir matérias de anseio popular, buscou também dar efetividade a esta legislação e a esses direitos. E, o PROCON vem, de forma alvissareira, colaborar, juntamente com as demais instituições que fazem o sistema de justiça, para que possamos ter uma defesa do consumidor, mais forte no Estado. Senhores Deputados, é em nome dessa ousadia que venho mais uma vez a esta Casa pedir a ajuda dos Senhores, desta vez não na condição de Defensor Geral, mas de pessoa preocupada com a nossa população e com nosso Estado, pois quando se fala em direito fundamental, quase sempre lembramos somente de saúde, educação, segurança e não relevamos a importância que é devida à garantia dos direitos do cidadão, garantia essa que muitas vezes leva o cidadão a conseguir os seus demais direitos, como o direito à saúde, alcançado não somente através de implementação de políticas feitas por esta Casa ou pelo poder legislativo, mas pela intervenção da Defensoria Pública, que consegue tratamento fora de domicílio através de decisão judicial, fornecimento de medicamento a pessoas que precisam, uma vez que o Estado não tem condição de montar todo um aparato para atender a população e, a Defensoria vem em busca disso e tenta resolver o problema, não só juridicamente, mas, na maioria das vezes, administrativamente. E, com relação à questão educacional, com a questão dos concursos públicos, nossa Defensoria se fortaleceu muito quando da realização do primeiro concurso do nosso Estado em que os editais sofriam de problemas graves, mas com a nossa participação, os órgãos do nosso Estado passaram a ter uma atenção especial na feitura desses editais para que observassem direitos fundamentais dos deficientes, dos doadores de sangue. Nós temos uma lei específica que trata da isenção do pagamento da taxa de isenção a essas pessoas e a muitos outros. Então, é sempre bom lembrar que ao garantirmos uma Defensoria fortalecida, não estamos aqui a falar, como escutamos muito nos bastidores, da criação de uma nova instituição com superpoderes ou privilegiada, não estamos a falar de privilégios e sim, de garantias, de respeito à Constituição. Deputados, é de conhecimento de todos que esta Casa sempre foi parceira da Defensoria e sempre ousou em tratar a Defensoria como merecedora de um espaço orçamentário e administrativo digno, tanto é que a nossa Constituição Estadual é a única do País que tem em sua arcabouço o disciplinamento dos direitos do assistido da Defensoria Pública, e muitos aqui sabem, mas é sempre bom frisar, que vários outros Estados, mais antigos que o nosso, têm buscado nesta Constituição referências para modificar as suas e fazer com que os

assistidos de lá possam também gozar desse privilégio de ter garantido em sua Constituição Estadual a observância dos seus direitos. Então, peço a esta Casa que mantenham esse respeito e essa certeza de que produzir uma legislação, buscar a perfeição legislativa no que diz respeito à Defensoria Pública é fazer com que a população tenha cada vez mais acesso não só ao direito fundamental de ter um Defensor Público, mas que esse Defensor Público, que essa Defensoria, que esses servidores possam garantir a efetividade dos demais direitos fundamentais do cidadão. Termino, Senhores Deputados, conclamando a todos vocês e pedindo que passemos a analisar, já que o Congresso Nacional está debruçado sobre isso, a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, para criar um percentual orçamentário para a Defensoria Pública. Vamos ousar, nosso Estado sempre ousou, nós somos a primeira Defensoria do País a termos autonomia plena, fomos a primeira a colocar o direito do assistido na sua Constituição, somos uma das melhores Defensorias do País, mas não está bom. Nós, Defensores Públicos, servidores e demais pessoas que compõem a instituição, costumamos dizer que nosso sonho, nossa busca é a universalização do serviço, quase todos nós, Defensores Públicos, temos ainda vinte, vinte e cinco anos de serviço público pela frente e espero que no dia da nossa aposentadoria, se não chegarmos a universalização, podemos dizer que estaremos perto dela. Não me contenta estar em todas as comarcas com poder judiciário, vai nos contentar estar em todos os municípios do Estado, perto da população, garantindo o efetivo acesso ao direito a todos esses cidadãos e, a Defensoria Pública, muitas das vezes, não precisa do Poder Judiciário, não precisa do Ministério Público para fazer o direito acontecer, tanto é que o lema da nossa campanha este ano é a busca pela resolução dos conflitos extrajudicialmente, ensinando a população que o conflito também pode ser resolvido no tete a tete, um com o outro, não precisamos o tempo todo da intervenção estatal. Então, senhores, vamos debater, discutir e buscar um patamar em que o Estado possa, dada a grande dificuldade orçamentária que o Estado vive constantemente, ultrapassar essa barreira que a Defensoria Pública enfrenta e enfrentamos a vários anos. Vou usar uma expressão bem popular, temos um orçamento minguado, trabalhando a duras penas, tendo que privilegiar projetos e deixar outros na gaveta. Vamos acabar com isso, Deputados, a Defensoria precisa de um orçamento condizente com o serviço que ela presta à comunidade e, esse orçamento condizente, não podemos deixar de falar que pelo menos tem que ser igual ao do Ministério Público. E, quero ousar neste momento e pedir a esta Casa que juntamente com Executivo possamos iniciar um debate para que, num curto espaço de tempo, definamos, seja parceladamente, seja de uma vez, mais que tenhamos um cronograma, uma cronologia de quando a Defensoria vai poder dar toda a efetividade necessária ao serviço que presta à população. Conclamo a todos os Deputados, e sei que são muitas as demandas e que essa Casa tem tido uma preocupação mais que especial com os problemas que o Estado enfrenta, produzindo debates, trazendo a população aqui para dentro, o que tem muito nos agradado, e falo isso na condição de popular e cidadão roraimense, que os Senhores nos ajudem a iniciar esse debate. A Defensoria está a disposição, nós temos números, temos prognósticos, projetos e a certeza de que podemos melhorarmos, mas para melhorar precisamos da contribuição dos colegas desta Casa e do Executivo. Então, peço encarecidamente, que ajudem a Defensoria a prestar um grande serviço, pois garanto que podemos melhorar e muito. Obrigado. Feliz dia da Defensoria, feliz dia do Defensor e, mais uma vez, reforço o convite, pois amanhã o nosso jantar não é só em homenagem à Defensoria, mas em homenagem a todos os Deputados que fazem da Defensoria Pública uma instituição de fundamental importância para a população roraimense. Obrigado.

O Senhor Deputado (Chicão da Silveira) – A Mesa registra, com muita honra, a presença do Dr. Jorge Fraxe. Seja sempre bem-vindo. Com a palavra o Dr. Alex Ladislau.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, por deferência a pessoa do Dr. Jorge Fraxe, convido-o para compor a Mesa.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Convido o Senhor Dr. Jorge Fraxe para nos honrar com sua presença e compor a Mesa.

O Senhor Doutor Alex Ladislau – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do seu Presidente nesta Sessão, Senhor Chicão da Silveira, meu o amigo Deputado Jalsler Renier, o Deputado Damosiel, o meu amigo Stélio Dener, o Defensor Público Geral do Estado de Roraima, Dr. Oleno, o sub-Defensor Público Geral, Dr. Jorge Fraxe, o Juiz Eleitoral, os Defensores Públicos aqui presentes,

em nome do meu amigo Jaime Brasil e os funcionários da Defensoria também. Fiquei surpreso por ter sido convidado pelo Deputado Jalsler a fazer uso da palavra, mas me sinto confortável por fazer parte da história da Defensoria Pública. Entrei na Defensoria quando ainda era divisão de assistência judiciária que funcionava no Fórum Sobral Pinto, em 1995, como estagiário da Defensoria, em 1999, com apenas um ano de formado. Eu fui convidado pelo então Governador Neudo Campos para assumir o cargo de Defensor Público Geral com apenas 27 anos e, na primeira conversa que tive com o Neudo, ele me disse que eu conhecia a Defensoria muito bem, porque vim, comecei como estagiário, passei para o cargo de defensor, conhecia os problemas, as necessidades da Defensoria Pública. Então, ele falou que gostaria que eu fizesse um projeto para fazer a Defensoria funcionar de fato. Tenho isso em casa guardado, se um dia vocês quiserem uma cópia, com todos os pontos que achava essenciais para poder estruturar a Defensoria Pública do Estado de Roraima, e o primeiro ponto era a institucionalização, fazendo a Lei Orgânica da Defensoria, criando de direito a arcabouço político do Estado a Defensoria, pois essa era a primeira necessidade, haja vista que deslancharia antes que tivesse essa estrutura jurídica, eu posso disponibilizar. Fui a reunião de Defensores Gerais e consegui elaborar um Projeto de Lei para a nossa Defensoria. Andava com esse projeto debaixo do braço, esperando a oportunidade do Governador assinar para encaminhá-lo a Assembleia. Agora, sei da dificuldade em criar uma nova estrutura jurídica no Estado, pois geraria custos e, não era uma estrutura que daria visivelmente um retorno financeiro para o Estado, mas passei a convencer o governador, da necessidade em atender o público de forma eficiente de prestarmos um bom serviço às pessoas que precisavam da justiça e não tinham dinheiro para pagar um advogado. Depois de muitas idas e vindas consegui, onze horas da noite, pois no outro dia seria meu aniversário e pedi ao Governador, um presente, que assinasse meu projeto de lei, o qual assinou todas as folhas e disse para que eu entregasse ao Zé Maria que ele encaminharia para a Assembleia, mas disse-lhe que não, que eu mesmo levaria à Assembleia. No dia seguinte, protocolamos aqui na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei da Defensoria e durante o trâmite aqui nesta Casa, quero destacar o trabalho incansável do Deputado Jalsler que foi o relator da matéria. Nós tivemos várias conversas sobre a Defensoria Pública, sobre as necessidades, tudo que se encontrava no Projeto e o Deputado Jalsler fez o relatório final, mas, por uma intempestividade, o projeto foi retirado de pauta, pois ele não estava presente à Sessão. E, na outra vez que voltou para a pauta, quero destacar a defesa feita pelo Deputado Mecias de Jesus na tribuna, defendendo o Projeto de Lei, que foi aprovado pelos Deputados. E o dia 19, Deputado Jalsler, ainda não era o dia do Defensor Público. Essa data se deu em alusão a Santo Ivo, patrono da Defensoria Pública. A história dele conheci depois que estudei sobre sua vida. Santo Ivo era um padre, na França, no século XIII, que defendia as pessoas carentes que não tinham dinheiro para pagar advogado. Então, quando o Projeto de Lei foi aprovado por esta Casa, que foi à sanção do Executivo Estadual, marquei a data do dia 19 de maio, fizemos um café da manhã no Aipana, convidei o Dr. Roberto Freitas que já esteve aqui em outras oportunidades fazendo palestras sobre a Defensoria, pois era o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, meu dileto amigo particular Defensor Público do Piauí, foi Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Federal, que tinha um monte de compromisso, mas cancelou toda sua agenda para estar presente, porque era um fato histórico na visão dele a criação de mais uma Defensoria, enquanto o Estado de São Paulo e do Paraná não estavam querendo criar suas Defensorias, Estados ricos da Federação não queriam, e Roraima demonstrava coerência ao criar a sua. E, o dia 19 de maio, escolhido, ficou sendo o dia Nacional do Defensor e da Defensoria e o dia do aniversário da Defensoria Pública do Estado de Roraima. Após a criação, tivemos outros problemas que precisavam ser solucionados, pois a Defensoria não tinha sede, funcionava onde hoje é a 5ª Vara Cível, no Fórum Sobral Pinto, um lugar muito apertado, e o Desembargador Elair, à época, já dizia que precisava daquele espaço para implementar novas Varas. Fui até o Governador com a lista de possíveis imóveis que poderíamos ocupar e na minha inexperiência política ouvi de alguém que aquilo tudo era sonho, que eu não iria conseguir. quase desanimei, mas entrei no gabinete do Governador em companhia dessa pessoa. Disse ao Governador da necessidade que tínhamos de um prédio próprio para melhorar os atendimentos às pessoas e o Governador perguntou se o prédio do palácio do sindicato servia. Respondi que sim e ele me disponibilizou o prédio. O camarada

que me chamou de sonhador disse: “Governador, eu também estou precisando de um prédio”. Ele respondeu: “Não, não, não. Não vamos conversar tudo hoje senão vamos ficar sem assunto para amanhã”. Ele ficou sem o prédio e eu com o prédio onde funcionou a primeira sede da Defensoria Pública.

Nós não tínhamos computador, usávamos máquina de escrever IBM, automática. Nós tivemos o primeiro orçamento da Defensoria Pública de 300 mil reais e, com esse dinheiro, nós começamos a definir qual era a prioridade da Defensoria Pública no ano de 2001. E, dizíamos que tínhamos que comprar um carro para o Defensor Geral ir para o interior, mas vi que se comprássemos o carro, não teríamos como comprar os computadores. Então, compramos computadores e conseguimos montar a Defensoria Pública com 300 mil reais, toda aquela estrutura que vocês receberam logo após assumiram.

E, depois disso, tivemos outros Defensores Gerais que foram fundamentais para colocar a Defensoria Pública no patamar de destaque nacional que é hoje, no terceiro lugar do Brasil. Eu destaco o trabalho do Doutor Wallace que assumiu e fez um grande trabalho, depois o do meu amigo Taumaturgo que está ali sentado, que deu continuidade ao trabalho, conseguindo a nova sede. Veio o Dr. Oleno, o qual conseguiu consertar as falhas que haviam no processo, na Lei da Defensoria, criando a própria lei da Defensoria, sancionada no dia 19 de maio de 2010, e com a ideia do Dr. Oleno e com a nossa ajuda conseguimos manter a data 19 de maio. E agora, o meu amigo Stélio Dener, que tem o novo desafio pela frente, de conseguir um Projeto de Lei tão importante para que a Defensoria possa alcançar o seu objetivo de atender a população carente. Quero dizer, Doutor Dener, que esta Casa vai fazer o seu dever de casa, vai atender o anseio da Defensoria Pública, porque é ela que atende quase 90% dos processos judiciais do Estado de Roraima e precisa crescer, porque o trabalho da Defensoria não acaba e nem fica pouco. Quanto maior o atendimento que a Defensoria faz, maior a demanda, porque as pessoas começam a criar a coragem de buscar seus direitos, haja vista que há um Defensor, um Advogado à altura para defendê-lo. Quero parabenizar a todos dizendo que saí da Defensoria Pública em 2002, mas sou um Advogado hoje, com alma de Defensor.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço - Senhor Presidente quero aqui agradecer, em nome do Doutor Dener e do Doutor Oleno, aos Defensores que vêm desempenhando um excelente trabalho junto à Defensoria, inclusive no interior do Estado onde sabemos que os menos favorecidos estão tendo a oportunidade de terem seus direitos garantidos através desses brilhantes defensores que estão espalhados pelo Estado. Queria dizer a Vossa Excelência que conte conosco para dar o apoio que a Defensoria necessitar para continuar desempenhando o seu papel em busca de melhorar a vida dos menos favorecidos, pois muitos deles são carentes e têm até vergonha de entrar em um prédio onde tenha um advogado, um Juiz. Por isso, quero manifestar o meu apoio e dizer que estarei junto a vocês para ajudar a Defensoria e o povo de Roraima. Quero parabenizar a todos os servidores da Defensoria pela passagem do Dia do Defensor Público.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Bom-dia a todos os Defensores aqui presentes, ao Senhor Presidente e aos nobres colegas. Quero parabenizá-los pela data alusiva e também, pelo excelente trabalho que têm desenvolvido à frente da Defensoria. Também aproveito a oportunidade para agradecer a parceria que temos entre a Defensoria e a ESCOLEGIS, que leva a todos os municípios palestras a respeito de cidadania, de justiça, do papel da Defensoria no Estado, da importância da Defensoria e a oportunidade de mostrar as pessoas que elas têm sim que buscar esse apoio, esse atendimento que, muitas vezes, não tinham a oportunidade de ter e de buscar. Nós tivemos a oportunidade de levar esse trabalho que oportuniza a garantia dos direitos fundamentais às pessoas, independente de sua classe social, de seu grau de estudo, pois a justiça e o direito é para todos. Obrigada.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Bom-dia a todos. Queremos parabenizar, em nome do Defensor Geral, a história da Defensoria, os ex-Presidentes, as pessoas que construíram a Defensoria e dizer, meu amigo Dener, que realmente a função social do Estado não é só a saúde, não é só a educação, pois quem pode pagar está lá no Einstein e, quem não pode está nos postos da periferia. Quem pode pagar um bom advogado está em Brasília e quem não pode está lá na porta da Defensoria, aqueles que não podem, realmente, provar a sua inocência pois com esse trabalho dos Defensores, se deixa de cometer injustiças. Eu tenho da Defensoria uma visão de instituição beneficente, social, onde a população está sendo amparada por essas pessoas que nós conhecemos, pois convivemos com elas no dia a dia, sabemos da

importância dos defensores. Então, nós queremos parabenizar a todos pela passagem deste dia, pela abnegação, pelo interesse pela causa. Vejo o Doutor Oleno que saia daqui para nos acompanhar em nossos cursos na ESCOLEGIS, levando a mensagem, a importância da Defensoria. E, além da convivência com ele, tenho um filho que foi estagiário da Defensoria e a coisa que ele mais fala na vida é sobre as lições de vida, pois quase tudo o que aprendeu na vida foi ali. Então, esse é o depoimento mais forte que eu tenho. Um abraço especial a todos pela coragem de ousar e tentar tornar a Defensoria cada vez melhor. Parabéns a vocês que participaram da história e aos servidores que lá estão.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento o Senhor Stélio Dener, o Defensor Público Geral e estendo esse cumprimento a todos os Defensores e servidores daquela instituição. Queria dizer que é constitucional, todo o cidadão tem direito a saúde, educação, moradia, mas, também, tem direito à justiça e à Defensoria Pública é o instrumento, é o veículo que leva essa justiça às pessoas mais carentes. E, qualquer palavra dita será pequena diante da estatística. Se 84% dos processos que tramitam em nosso Tribunal, estão assegurados as peças jurídicas através do Defensor Público, nós não temos outra palavra, Doutor Stélio, a não ser dizer obrigado. Obrigado em nome do povo de Roraima, em nome da sociedade e, principalmente, como disse a Deputada Aurelina, em nome daqueles que não podem pagar um bom advogado, mas que, mesmo assim, continuam tendo acesso à justiça por intermédio desse direito essencial e primordial. Quero falar também, sobre o trabalho que a Defensoria faz, onde qualquer palavra também seria pequena, porque o trabalho dessa instituição é reconhecido pela sociedade, tenham certeza disso, pois a sociedade tem um profundo respeito pela Defensoria Pública. A Sociedade guarda no seu coração um carinho especial pela Defensoria Pública. E, gostei muito de ouvir, Doutor Oleno, que a Defensoria já tem uma classificação no contexto nacional valiosa, mas nós podemos melhorar, nós podemos avançar, construir novos espaços no sentido de universalizar, de levar para todos esse desafio que é a justiça também universalizada para todos. Portanto, queria lhe agradecer por sempre ter sido um defensor mas mais do que isso, um reconhecedor do valioso trabalho que a Defensoria presta à sociedade roraimense e, é em nome dessa sociedade, que eu digo muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Doutor Dener, acho que a maior homenagem que a Assembleia presta à Defensoria do nosso Estado, é a determinação que a presidência desta Casa, do nosso Presidente Chico Guerra, teve ao criar a biblioteca do legislativo e incluir nessa, toda a história da Defensoria Pública. Esse trabalho está iniciando agora na Comissão de Educação e, devo fazer uma visita a Vossa Excelência para que a gente comece a preparar esse acervo. O professor Aimerê é a pessoa que coordenará essa implantação. Fomos visitar a Assembleia do Ceará, a qual possui um dos melhores e mais bem preparados acervos da história do Estado do Ceará, são mais de 150 alunos de Direito, mais de 200 alunos do curso de filosofia, de história, enfim, são mais de 500 alunos que passam diariamente por aquela biblioteca para fazer em pesquisas.

O objetivo da biblioteca desta Casa é que toda a história, a partir da criação do nosso Estado, quando se estabeleceram as instituições, seja divulgada pela biblioteca da Assembleia Legislativa, incluindo o acervo maravilhoso que nós temos aqui. E, vai haver concurso para mais seis Defensores Públicos que atuarão na Defensoria, instituição que atende, realmente, aqueles que mais precisam, aqueles que não têm acesso à informação. Então, vamos fazer com que os municípios mais pobres sejam beneficiados. Os Municípios de Caracará e Mucajaí são municípios antigos, inclusive, tive a honra de ser Prefeito de Mucajaí, o qual já é beneficiado com a Defensoria. E, o ente esses dois, há o Município de Iracema que mesmo não tendo uma Comarca, tem, na sua área urbana, quase sete mil pessoas, 2115 famílias que precisam de um Defensor para defendê-los em Caracará, ou em Mucajaí. Acho importante, também, o problema dos indígenas, dos nossos irmãos índios, pois dados do IBGE, mostram que são mais de oito mil índios vivendo na nossa capital depois da demarcação da Raposa/Serra do Sol. Há um processo migratório sem precedente, se verificarmos a população de Pacaraima, de Alto Alegre, do Uiramutã, estou falando em dados científicos do IBGE. Nós temos uma migração dos nossos irmãos índios saindo das áreas que foram demarcadas para as áreas urbanas buscando sobreviver. Então, há municípios que precisam de uma atenção especial para com as causas indígenas, porque os índios também têm pouco acesso às informações, até pela dificuldade que eles estão encontrando com essa demarcação, pois em muitos locais, mesmo querendo, o Estado

não está presente. E, o Governo Federal que deveria estar presente, depois da demarcação, está mais ausente. Então, queria fazer esse apelo para que desenvolvessem um trabalho direcionado aos índios, por serem esses mais de 35 mil e desses, mais de 20 mil, encontram-se nas áreas urbanas desses municípios.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar nossos convidados que hoje estão aqui, nosso amigo Alex Ladislau, o Doutor Jorge Fraxe, o Doutor Stélio Denner, o Doutor Oleno Matos. Cumprimento, também, os demais Defensores Públicos e servidores dessa instituição. Quero parabenizar a Defensoria Pública por toda a história citada aqui que vem sendo construída pelas mãos e pelo trabalho dos senhores e, diante de tudo que foi dito, quero destacar um trecho, Doutor Stélio Denner, do que Vossa Excelência disse. Talvez uma das mais recentes conquistas da Defensoria Pública, e provavelmente uma das mais importantes, seja a questão da paridade salarial. Isso é importante que se diga. Servidor bom, profissional bom, é profissional bem remunerado. Se nós temos o Ministério Público recebendo muito bem para atuar na aplicação da lei, temos que pagar bem aqueles que estão defendendo o povo, porque se a lei rege a todos nós, rege a sociedade, deve mais reger ainda aquele que está ali para defender o povo. A Defensoria Pública é a verdadeira advogada da população e eu tenho certeza que quanto melhor for remunerado um Defensor Público, melhor vai ser o advogado da população. É para isso que estamos trabalhando. Então, parabéns a todos vocês, continuem contando com a Assembleia.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Com a palavra o Senhor líder do Governo nesta Casa, Deputado Jânio Xingú.

O Senhor Deputado Jânio Xingú – Doutor Denner, Dr. Oleno de Matos, Defensor Público Geral. Eu queria deixar claro que a Defensoria Pública, como bem disse o Doutor Alex, o qual conheço muito bem, desde à época da campanha de 2010, realiza um grande trabalho. Ele levava muito a sério o seu trabalho e, quando entrou na Defensoria, ainda era bem jovem, a qual funcionava no Fórum, tinha quatro funcionários e mais o Alex. Hoje, a Defensoria é uma Instituição grandiosa, forte que atinge seus objetivos porque leva a esperança do direito às pessoas que não têm condições de pagar um advogado particular. Não poderia deixar de lembrar de uma pessoa que também foi Defensor Público Geral, o Doutor Taumaturgo. Na época em que cheguei em Roraima, ele me acolheu muito bem, ajudou minha família e, era chamado de Taumaturgo Engenheiro Civil, uma pessoa estudiosa, que fez direito, passou no concurso para Defensor. Então seria muito bom se hoje pudéssemos estar votando esse projeto, mas, infelizmente, não foi possível. Portanto, quero aqui solicitar ao Presidente da Comissão, Deputado Flamarion, que convoque uma reunião para terça-feira para que o projeto seja votado na semana que vem. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Defensores Públicos, servidores desta Casa e da Defensoria. Sou testemunha do trabalho do Doutor Stélio, do Doutor Oleno, do Doutor Alex, do Doutor Taumaturgo, fui Secretário e acompanhei de perto o trabalho da Defensoria dentro dos estabelecimentos prisionais e acho que mais de 90% dos que ali estão cumprindo pena, são assistidos por Defensores. É um trabalho fantástico que leva o apoio do Estado. Os Defensores terão sempre o nosso respeito. E, temos visto que esta Casa sempre deu uma atenção especial aos projetos que visam institucionalizar a Defensoria Pública. Roraima é um Estado infante, temos pouco mais de 20 anos de criação, muito temos que fazer para que o Estado efetivamente se institucionalize, muito embora os órgãos criados precisam ter um arcabouço de legislação, para que possam desempenhar melhor sua função e, tenho certeza que a Assembleia vai continuar olhando com atenção para todas as questões, a exemplo desse projeto que está aqui. Foi dentro dessa ceara de institucionalização, que a Assembleia criou recentemente um órgão de defesa, de orientação do cidadão no tocante às relações de consumo e, foi com muita alegria que ouvimos, na semana passada o Defensor Geral dizendo que a Defensoria vai firmar um termo de cooperação técnica com PROCON, no sentido de que aquelas questões em que não houver a conciliação, a Defensoria, para o hipossuficiente, dará esse apoio em conjunto com o PROCON. Quero parabenizar a todos que fazem a Defensoria e dizer que vamos estar aqui sempre as ordens para defender esse órgão tão importante para a sociedade roraimense.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero agradecer a presença dos Doutores Oleno, Stélio Denner, Jorge Fraxe, Alex Ladislau. Para nós, é uma satisfação muito grande. Na verdade nós, indiretamente, é quem estamos sendo

homenageados, porque a Assembleia Legislativa é um Poder de todos, um Poder que busca a cada dia melhorar a vida das pessoas e fazer justiça para com aquelas que realmente precisam. E, quando estendemos a mão e damos apoio a uma instituição tão séria como a Defensoria Pública, nós estamos também respaldando e sendo respaldados por grandes profissionais e por pessoas que falam em nome do mais fraco. Por essa razão, quero aqui dizer da minha satisfação e alegria de estar aqui nesse dia. Primeiro, pela introdução desse trabalho que foi feito lá atrás, já bastante enfatizado pelo Dr. Alex Ladislau, por quem tenho uma grande admiração, pois conheço um pouco a vida do Dr. Alex, os seus degraus para chegar onde chegou, desde à época em que ele trabalhava na Pastelaria Confiança. Tenha a certeza de que o senhor é um grande vencedor. O senhor foi fotógrafo, depois funcionário desta Casa e, em nenhum momento, abandonou seus estudos, pois acreditava na sua capacidade intelectual, em crescer através dos livros e, como bom homem, bom filho, procurou este caminho e hoje é, sem dúvida, um dos melhores advogados que temos no Estado. E, quero dizer que isso é perseverança, é uma história de sucesso que tem que ser copiada por pessoas que, às vezes, pensam que estão fracassadas, que não dão um passo à frente porque esperam que as pessoas cheguem e deem tudo a elas. Então, o senhor, na verdade, é uma pessoa que nasceu para ajudar os outros porque acredita no seu potencial, por isso, tenho um carinho especial pelo senhor e sou seu admirador, pois vi sua trilha de sucesso e sei o quanto é difícil buscarmos nosso espaço sem termos nenhum pedigree, sem termos nenhuma história de sucesso por trás, sem termos alguém que coloque a mão na nossa cabeça, haja vista que temos apenas a nós mesmos para fazermos com que nosso crescimento seja um exemplo para as pessoas. Parabéns. Quero dizer que tenho, na Defensoria, alguns amigos, o Jaiminho por exemplo estudou comigo no Euclides da Cunha Eu me lembro que na época ele conseguia fazer uma prova em quatro minutos, era o aluno mais inteligente da nossa turma, nunca tirou nota ruim, era o único que quando tirava nove e meio, ficava chateado, e olha que essa foi a menor nota ao longo dos anos que vi ele tirar. Eu ainda conseguia tirar uma rebarba, pois ficava ao lado dele. A melhor hora para nós, era a hora do recreio, pois íamos ver a ginástica da Noelina, da Perpétua e de outras meninas. Logo, é por isso que digo que tenho vários amigos na Defensoria e luto pelos projetos de interesse dos defensores. O Deputado Xingu foi muito feliz quando apresentou esse Projeto nesta Casa, pois é um projeto de todos, é um projeto que a Assembleia Legislativa tem a boa vontade em fazer com que seja votado o mais rápido possível. Ele é de interesse do nosso Presidente, da Mesa, do Presidente da Comissão e de todos os Deputados Estaduais, porque a história da Defensoria é uma história de sucesso que foi abençoada por todos os governadores, não houve nenhum governador que buscou prejudicar essa instituição, ou procurou colocar algumas dificuldades ou detalhes para impedir que ela fosse para frente. Isso é motivo de aplauso para todos os governadores e, para todas as legislaturas da Assembleia que já passaram anteriormente. Hoje, temos, como bem falou o Deputado Rodrigo, um orçamento de quarenta e dois milhões para o Ministério Público e um de dezessete milhões para a Defensoria. A cada crescimento que temos, o do Ministério Público cresce e o da Defensoria diminui, por isso, temos que prestar bem atenção pois é a Defensoria quem fala pelo aflito, pelo menos favorecido, pelo menos esclarecido, é ela quem ajuda as pessoas. Eu cansei de ver a Dra. Lenir Veras, hoje Secretária de Estado, na porta de delegacias soltando um cidadão que estava preso por mais de um ano porque roubou uma galinha de um vizinho e, se não há um defensor que cuide daquele cidadão, ele acaba não tendo a oportunidade de ganhar sua liberdade. Portanto, a Defensoria merece sim esse espaço e, temos que rever valores nos nossos futuros orçamentos para que pelo menos empatemos com o orçamento do Ministério Público, o que considero justiça para com essa classe do Estado de Roraima. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – Bom-dia a todos. Com relação à Defensoria, quero devolver o carinho e o respeito que os defensores têm dado às pessoas que precisam de justiça no nosso país, no nosso Estado que possui uma população muito diferente do restante do mundo. O brasileiro é um povo feliz, alegre, que não reclama muito, que aceita as coisas com certa passividade, mas o povo só é feliz quando existe justiça e os senhores procuram democratizar isso o máximo possível. É por isso que esta Casa dá todo esse apoio aos senhores, pois estamos devolvendo o carinho que os defensores têm para com o povo de Roraima, devolvendo a esse, o sorriso que sempre teve, através da justiça. Por isso, em nome desse povo que nós representamos, gostaria de dizer aos senhores que nós nos sentimos

orgulhosos por termos no nosso Estado uma defensoria desse nível. Parabéns e muito obrigado. Nós temos que agradecer aos senhores pelo trabalho que têm feito pela população do nosso Estado, pois acreditamos que um povo sem justiça, é um povo infeliz. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Bom-dia a todos os presentes. Quero destacar que reconheço o trabalho, a força de vontade que têm esses grandes advogados, Defensores Públicos que estão aí sempre defendendo as comunidades carentes do nosso Estado. Parabéns Dr. Stélio, Dr. Oleno, Dr. Januário e aos demais defensores. E, quero reconhecer o papel da Defensoria e parabenizá-la por todas as conquistas nos colocarmos à disposição para ajudá-los no que for preciso, no sentido de fortalecer mais ainda o papel da Defensoria. Fico feliz em saber que onde há uma Comarca, há um Defensor Público a serviço da sociedade. O Dr. Oleno estabeleceu como meta para a gestão do Dr. Stélio, ter em cada município uma Defensoria acessível à sociedade. E, quero parabenizá-la ainda pelo posicionamento e pela coragem de enfrentar, sem se importar com quem está agradando politicamente, as situações de má gestão dos recursos públicos. Lembrome muito bem, na gestão do Dr. Oleno, quando a polícia militar deflagrou um movimento e, naquele momento, recorremos à Defensoria, pois nossos advogados da entidade não davam conta da demanda judicial, por isso precisamos recorrer a Defensoria Pública que nos enviou. O Dr. Januário praticamente se aquartelou com a gente naquele movimento e, no decorrer das ações impetradas na justiça, conseguimos ter resultados. Devido a isso, veio uma pressão política muito forte para cima da Defensoria, do Dr. Januário que se posicionou em defesa da categoria, em defesa daquela mãe de família e das senhoras que estavam recorrendo à Defensoria. Portanto, esse posicionamento é que é importante. Tenho visto as ações no interior do Estado, ações civis públicas tirando o Prefeito, condenando prefeitos, denunciando prefeitos dos interiores, outras autoridades e políticos, isso sim é que nos orgulha. Não queremos uma Defensoria

que só se envolva em questões pequenas, mas uma que tenha a capacidade de fazer o enfrentamento em favor da justiça, independente de quem está do outro lado, se é um ladrão de galinha ou a maior autoridade do Estado. Isso é que nos faz acreditar na Defensoria Pública. Conte conosco, com esse Soldado que está aqui para contribuir com o belo trabalho da Defensoria Pública.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Gostaríamos de cumprimentar a todos e pedir desculpas pela ausência de alguns Deputados que não puderam estar aqui neste momento. Tenho dito pelo carinho, pela forma respeitosa e humanizada com que vocês tratam os seres humanos com igualdade, que têm realizado um trabalho de uma responsabilidade social muito grande, desenvolvido ao lado do Governo do Estado de Roraima, independente do Governador que passou, pois a forma com que vocês tratam as pessoas, só nos leva a crer que esse dia é um dia muito feliz para todos nós. Nos sentimos honrados e agradecidos por vocês estarem hoje aqui, nesta Casa Legislativa. Obrigado pela presença de todos.

Alcançada a finalidade da Comissão Geral, retornamos a Sessão Ordinária na fase em que se encontrava.

Dou por reaberta a Sessão

O Senhor Presidente Deputado (Chicão da Silveira) – Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo quem queira se pronunciar e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão convocando outra para o dia 22, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 22/05/12



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone: (95) 4009-5614